

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 11ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear o Tribunal Regional Eleitoral – TRE-MG – e o Gabinete Institucional de Segurança – GIS – pelos relevantes serviços prestados na condução do pleito de 2022

1.2 – Mesa da Assembleia

1.3 – Comissão

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – Plenário

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA

ATAS

ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/11/2022

Presidência do Deputado Zé Guilherme

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Coronel Henrique – Palavras do Deputado Zé Reis – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Maurício Torres Soares – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Elismar Prado – Gil Pereira – Mauro Tramonte – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Zé Guilherme) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Tribunal Regional Eleitoral – TRE-MG – e o Gabinete Institucional de Segurança – GIS – pelos relevantes serviços prestados na condução do pleito de 2022.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. desembargador Maurício Torres Soares, presidente do TRE-MG; desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccalini, vice-presidente e corregedor do TRE-MG; desembargador Júlio César Lorens, representando o presidente em exercício e 1º-vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Alberto Vilas Boas; Edson de Resende Castro, promotor de Justiça da Coordenadoria de Apoio Eleitoral, representando o Ministério Público de Minas Gerais; desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do Tribunal de Justiça; as Exmas. Sras. defensora pública Caroline Loureiro Goulart Teixeira, representando a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; Professora Marli, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. deputados Zé Reis e Coronel Henrique, coautores do requerimento que deu origem a esta homenagem; e deputado Antonio Carlos Arantes.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos a presença de todos os desembargadores, promotores, procuradores e juízes presentes neste evento. Agradecemos a presença do Sr. delegado-geral Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Cel. Godinho, representando a Polícia Militar de Minas Gerais; Cel. Peron, representando o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; procurador regional eleitoral do Ministério Público Federal, Eduardo Morato Fonseca; juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, presidente da Amagis; deputado Gil Pereira e deputado eleito Adriano Almeida Alvarenga; e Sr. Moisés de Oliveira Areosa, superintendente da Agência Brasileira de Inteligência. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Coronel Henrique

Senhoras e senhores, Bom dia. Exmo. Sr. Presidente desta sessão, deputado José Guilherme, na pessoa de quem cumprimento os demais parlamentares presentes; prezado desembargador Dr. Maurício Torres, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa já citada.

Costumo dizer que a gratidão é a memória do coração. E, num ato simples, como simples são as coisas de soldado, eu me lembro dos meus 30 anos servindo ao Exército Brasileiro, quando, em cada gesto, em cada ação meritória, o Exército reconhece o mérito. E aqui o mérito é dos senhores e das senhoras que estão sendo homenageados por terem permitido que o nosso povo, que o povo de Minas Gerais tivesse a oportunidade de exercer o seu direito sagrado do voto fazendo valer os princípios da nossa democracia.

Particpei de alguns processos eleitorais junto com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República quando servi por esse Brasil afora integrando o Exército Brasileiro, e, pela primeira vez como deputado estadual, pude acompanhar um processo eleitoral por dentro. Reconheço a importância de todo o planejamento, da seriedade, da ética e da retidão com o trato da coisa pública, e nada mais justo do que, na Casa do povo mineiro, os senhores, cada um na simplicidade da sua ação, possam ser reconhecidos pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Termino minhas palavras agradecendo ao deputado Zé Guilherme e ao deputado Zé Reis a oportunidade de ter sido coautor desse requerimento que marca – mais uma vez eu repito – a gratidão do povo mineiro pelo trabalho de todos vocês. E a vocês, a minha melhor continência. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Zé Reis

Senhoras e senhores, meu muito bom dia a cada um de vocês. Na pessoa do nosso presidente, desembargador Maurício Soares, quero cumprimentar toda essa seleta Mesa representativa, na pessoa dos meus colegas, que é onde preside Zé Guilherme, da mesma forma cumprimento Antonio Carlos Arantes; meu parceiro conterrâneo do sertão, Gil Pereira; da mesma forma, o Adriano; cumprimento todos os parlamentares que, de forma muito sábia, puderam encampar esta singela homenagem de grande repercussão. Como nas palavras do meu coronel predileto – como eu sempre brinco –, meu amigo deputado Coronel Henrique, que é quando se expõe, traz à luz a nossa gratidão desta Casa do povo, dos 77 deputados aqui representados, trazendo esta singela homenagem de um período tanto quanto conturbado, em que muitas vezes sequer conseguíamos enxergar o dia da eleição como realizável.

Então, nesta primeira hora, já inicio os meus parabéns a essa dupla dinâmica que aqui trago, Dr. Maurício e, da mesma forma, o juiz vice-presidente do TRE e corregedor, Dr. Octavio Boccalini. Externar essa alegria a cada um de vocês, recebê-los nesta data especial em que podemos, de forma presente, de forma pública, reconhecer pelos mineiros e mineiras todos os trabalhos realizados pelo Tribunal Regional Eleitoral e também pelo Gabinete de Segurança Institucional, que atuaram de forma exemplar, que atuaram para garantir que o processo eleitoral de 2022 transcorresse dentro dos limites legais, valorizando sobremaneira o nosso maior instrumento democrático, que é o voto. Se não fosse por vocês, pessoas que agem com lisura, sérias, comprometidas com a verdade, talvez estaríamos neste momento vivendo um outro momento sem sequer haver a oportunidade desta reunião.

Sabemos que essa eleição foi, sem dúvida, sem dúvida, uma quebra de paradigmas e a mais polarizada do período democrático, quando o calor do embate político tomou conta das ruas e fez com que todo o processo fosse acompanhado pela população com um critério ainda maior e que, no fim, constatou que nosso país ainda tem um processo eleitoral mais seguro e mais célere do mundo, e, ousaria dizer, tornando o nosso Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, juntamente com o nosso Gabinete Institucional, o melhor tribunal e o mais eficiente do Brasil.

Portanto, Dr. Maurício, retransmita esse nosso afago, esse nosso abraço, essa nossa admiração, até porque, em tempos de informação, em tempos de tecnologia, em tempos de desinformação e principalmente num estado-país com 853 municípios, que é o Estado de Minas Gerais... Retransmito, na pessoa do juiz eleitoral Cássio Fontenelle, cujo trabalho e sua vasta experiência conheço, a todos os serventuários da Justiça, a todos, de todas as comarcas, de todas as zonas eleitorais, de todos os cartórios – e trago aqui a pessoa de Ana Karina, chefe de cartório lá da minha cidade barranqueira, cidade de Januária – e, da mesma forma, a todos os voluntários que puderam diuturnamente levar essa oportunidade para os mais de 16 milhões de mineiros e mineiras que iriam votar “sim”, que iriam votar “não”, mas pelo menos o seu direito resguardado foi garantido.

De sobremaneira, esse resultado positivo só foi possível, só foi possível graças ao trabalho e ao empenho de pessoas comprometidas com a democracia, comprometidas com o direito do voto, comprometidas com a segurança, comprometidas com a legalidade e, diga-se de passagem, comprometidas com os princípios constitucionais. E também graças a um trabalho realizado em equipe, uma engrenagem, diga-se de passagem, complexa que alcançou o seu resultado graças ao respeito a todos os preceitos aqui mencionados.

Testemunho, presidente, testemunho em uma sessão na Comunidade do Gibão. Essa comunidade é o Município de Bonito de Minas, onde talvez não dariam 5 mil eleitores votantes, e lá, há mais de 800km da capital, encontrei um servidor daqui de Belo Horizonte acompanhando o trabalho das urnas, naquela cidade pequenininha onde muitas vezes não havia 100 eleitores. E isso demonstra o zelo, a importância, seja do pequenininho lá do Sertão, seja da grande capital, todos sendo tratados da mesma forma e com a mesma importância, e testemunho algo que presenciei. Mal sabia ali que aquele servidor me serviria de inspiração para estar aqui neste momento parabenizando cada um pelo trabalho, que muitas vezes a gente não vê; muitas vezes, tumultuado pela correria, pela burocracia e pelo volume de serviço que nos abarrota nos gabinetes, a gente não vê esse trabalho lá na ponta, permitindo,

garantindo àquele cidadão o direito de ir e vir. E nessa engrenagem complexa vocês conseguiram ser campeões, ser vencedores de tal forma garantindo esse processo liso.

Então irei um pouco romper o protocolo e aqui nominar e homenagear alguns de vocês de comando. E lembrem-se: retransmitam este nosso carinho, esta nossa gratidão a todos que compõem essa equipe, seja em Belo Horizonte, seja nos comandos, seja no interior. Aqui inicio essa dupla aguerrida, de punho forte, Dr. Maurício Torres e Dr. Octavio Augusto, porque, se não fosse de forma serena, sem empurrar ninguém, sem justamente dar a oportunidade do contraditório, mas sendo também sereno, sério, preciso e ágil... Com certeza essa carruagem que é o Tribunal de Contas, que é o Tribunal Regional Eleitoral, uma carruagem de quase 90 anos, permitiu-se tornar um trem-bala nessas eleições de forma cristalina e acompanhando em tempo real. Da mesma forma, não poderia deixar de dar um abraço na nossa diretora-geral Márcia da Glória; da mesma forma na Cassiana, secretária da vice-presidência. Gostaria também de abraçar o Dr. Paulo Tarso, que foi impecável durante a condução do trabalho do gabinete institucional de segurança nessas eleições, que, em tempo real, comunicava-se com os quatro cantos do Estado de Minas Gerais – e olhe que não é tarefa fácil você saber em tempo real o que está acontecendo nos 853 municípios –, juntamente com a Dra. Cristiana Martins Gaulberto e com a Dra. Roberta Rocha. Da mesma forma, nesse grupo, representando a Procuradoria Regional Eleitoral, o Dr. Eduardo, juntamente com o Dr. Bruno e com o Dr. Lauro Coelho.

E, da mesma forma, representando a Procuradoria de Justiça, o Dr. Edson Resende; a Secretaria de Segurança – destaco aqui o superintendente Bernardo Pinto; a Polícia Militar, a gloriosa Polícia Militar – o nosso Cel. Flávio Godinho, presente, e, da mesma forma, o nosso Ten.-Cel. Miller; o nosso Corpo de Bombeiros, nas horas em que sempre é chamado, na pessoa do nosso Cel. Peron; a nossa Maj. Marcelle; a Polícia Civil sempre atuante, na pessoa do nosso delegado Luiz Otávio; o nosso delegado Aloísio; a Polícia Federal sempre presente nesse grupo – transmita o meu abraço na pessoa do nosso Daniel Fábio Fantini; a PRF, pelo nosso PRF Felipe; e também agência de inteligência, nesse grupo, muito presente na pessoa do Moisés. Retransmitam todo o nosso agradecimento e toda a nossa gratidão a todos da equipe de vocês. E, finalizando, de forma especial, o nosso Exército Brasileiro, que já tem um amigo coronel aqui, na Casa, na pessoa do nosso Cel. Lenilson Celestino.

A todos vocês, o meu muito obrigado, pois o livre exercício do voto, a segurança aos eleitores, o respeito aos princípios básicos emanados da nossa Constituição foram pilares para a construção desse grupo de trabalho que fez com que tivéssemos eleições tranquilas em todo o nosso estado, amparando e dando condição ao contraditório e à ampla defesa e, de toda forma, coibindo os deslizes apresentados.

Esta reunião especial, que está sendo realizada hoje, tem o intuito de reconhecer a referência do trabalho de todos aqui citados, o que não ficará restrito ao dia de hoje, porque, na próxima reunião, oportunamente, com certeza, essa referência também será encampada pelos nossos outros 76 deputados e pelos nossos coautores. Deste evento de hoje, nós a reportaremos ao nosso TSE, reportaremos ao nosso Conselho Nacional de Justiça, reportaremos às nossas chefias dos nossos órgãos federais e estaduais, ao nosso governador e ao nosso atual e futuro presidente da República.

Portanto, parabéns a todos os homenageados. Ficam aqui os meus parabéns e as minhas homenagens.

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o deputado Zé Guilherme, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, e os deputados Zé Reis e Coronel Henrique farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem aos Exmos. Srs. desembargador Maurício Torres Soares, presidente do TRE-MG, e ao desembargador Octavio Augusto De Nigris Bocalini, vice-presidente e corregedor do TRE-MG. A placa contém os seguintes dizeres: “Uma democracia se constrói e se fortalece com eleições periódicas, justas e livres. Para o exercício pleno do direito ao voto, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE-MG – e o Gabinete Institucional de Segurança – GIS – exercem papel fundamental ao garantirem que todo cidadão possa escolher seus representantes por sufrágio direto e universal, sem qualquer discriminação. Ao reconhecer os relevantes serviços

prestados pelo TRE-MG e pelo GIS na condução do pleito de 2022, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta a essas instituições honrosa homenagem.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Maurício Torres Soares

Bom dia a todos e a todas. Eu, em primeiro lugar, quero dizer que, aqui estando para representar o Tribunal Regional Eleitoral, é uma honra muito grande para mim receber esta homenagem da Assembleia Legislativa, que nada mais é que a representação do povo de Minas fazendo aqui esse reconhecimento aos trabalhos da Justiça Eleitoral. Quero, em primeiro lugar, agradecer aos autores da homenagem: deputado Zé Guilherme, deputado Zé Reis e deputado Coronel Henrique. Ficam aqui os nossos sinceros agradecimentos. Estendo meus agradecimentos ao presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus. Cumprimento todos da Mesa e o faço lembrando o trabalho do desembargador Octavio Boccacini, vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral. O desembargador Júlio Lorens aqui está representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e também é membro suplente da Corte Eleitoral. O Dr. Edson de Resende Castro, coordenador Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais, está aqui representando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A defensora pública Dra. Caroline Loureiro Goulart Teixeira está aqui representando a Dra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, defensora pública-geral do Estado. Também está aqui a vereadora Professora Marli – muito obrigado pela presença; o deputado Antonio Carlos Arantes; o desembargador Nelson Missias de Moraes. Agradeço a presença de todos aqui, na Mesa. Eu gostaria de lembrar também de agradecer ao juiz Paulo Tamburini, que não está aqui presente, pois está em viagem, está fora de Belo Horizonte; às juízas Cristiana Gualberto e Roberta Fonseca; e aos integrantes da Corte Eleitoral aqui presentes. Agradeço a todos a presença. Também agradeço à diretora-geral do Tribunal Regional Eleitoral, aqui representando os servidores, Glória Araújo.

A homenagem aqui, hoje, é prestada ao Tribunal Regional Eleitoral, que aqui represento. Fica bem claro então que esta homenagem é estendida a todos os membros da corte, sem os quais o trabalho da presidência não seria possível, e também aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral, que estão aqui recebendo esta homenagem, aqui representados, como eu disse, pela nossa diretora-geral, Glória Araújo. Além de ser dirigida esta homenagem ao Tribunal Regional Eleitoral, também é dirigida ao Gabinete de Segurança Institucional, que prestou um brilhante trabalho de apoio ao Tribunal Regional Eleitoral nesse período de eleição.

Quero aqui fazer um registro: a todos os que integram esse grupo, estendo os meus agradecimentos e estas homenagens prestadas pela Assembleia. Cumprimento-os na pessoa do Dr. Eduardo Morato, procurador regional Eleitoral; do Dr. Bruno Nominato e também do Dr. Lauro Coelho, todos representando a Procuradoria Regional Eleitoral. Também fazem parte do GIS o Dr. Edson de Resende Castro, representando a Procuradoria-Geral de Justiça; o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, superintendente Bernardo Pinto Coelho Naves. Aqui cumprimento a Polícia Militar na pessoa do Cel. Flávio Godinho Pereira e também do Ten.-Cel. Miller França. Cumprimento o Corpo bombeiros, também componente do nosso grupo do GIS, na pessoa do Cel. Peron, aqui presente também, e também a Polícia Civil.

Eu faço também os agradecimentos ao Dr. Joaquim, aqui presente, e os estendo ao delegado Luiz Otávio Braga e ao delegado Aloísio Daniel Fagundes. Cumprimento a Polícia Federal na pessoa do Dr. Daniel Fantini. Cumprimento a Polícia Rodoviária Federal, aqui representada por Felipe Godoy, que também está presente. Cumprimento a Agência Brasileira de Inteligência na pessoa de Moisés Arioza, e o Exército Brasileiro cumprimento na pessoa do Cel. Lenilson Celestino da Silva Júnior.

Os que me conhecem sabem que, dentro do possível, eu procuro fazer uma manifestação breve, mas achei necessário falar o nome de cada um dos componentes do GIS porque a homenagem é ao Tribunal Regional Eleitoral e também ao GIS. Por isso fiz essa referência a cada um. Ficam aqui os agradecimentos, mais uma vez, do Tribunal Regional Eleitoral a cada um deles.

Começo dizendo que, neste ano, tivemos eleições diferentes no País e também no Estado de Minas Gerais, claro. No início dos trabalhos eleitorais, notamos que o País estava com a alma fraturada. Pessoas de espectros diferentes da política estavam se

digladiando e fazendo essa fratura. Vimos familiares brigando, amigos brigando em razão da política. Este componente nos trouxe mais responsabilidade de trazer um trabalho sereno à população mineira. Imaginam os senhores que, num dia só, aqui, em Minas Gerais, nós movimentamos 16 milhões de pessoas. Nós nos preparamos para movimentar todo esse pessoal, levá-los com segurança e tranquilidade aos locais de votação para exercer o seu direito de voto, o direito de escolher aquele que vai governar ou que vai representá-lo nas casas legislativas. Esse trabalho é grandioso. Além de toda a equipe da Justiça Eleitoral, tivemos a necessidade e o apoio do Grupo de Inteligência. Movimentar todo esse grupo com essa paixão política de toda essa população, de todos esses eleitores por essa paixão política é um trabalho difícil.

Tivemos temores, no início dos trabalhos, pela segurança da população, que nos é muito importante, dos eleitores, dos servidores da Justiça Eleitoral. E, depois de todo esse trabalho, é gratificante ver que a população, o povo de Minas Gerais, reconhece o trabalho que foi feito pelo Tribunal Regional Eleitoral, com a ajuda do GIS. Esta homenagem é muito importante para a Justiça Eleitoral, que é a Justiça que trabalhou este ano pela democracia, para permitir que os eleitores pudessem escolher seus representantes. Então esse reconhecimento do povo mineiro é muito importante para a Justiça Eleitoral e para todos nós aqui homenageados e já mencionados.

Eu digo que este agradecimento que é feito aqui é feito de coração por todos nós que fomos homenageados, e, aqui, estou falando em nome de todos. Quero deixar, então, mais uma vez, esse destaque aos autores da homenagem; ao deputado José Guilherme, ao deputado Zé Reis e ao deputado Coronel Henrique nossos agradecimentos sinceros.

Eu não poderia deixar de, em particular, agradecer, mais uma vez, aos componentes da Corte Eleitoral, que, aqui, estão presentes e que foram de vital importância para que esse trabalho todo fosse entregue à população mineira. Ficam, então, registrados esses agradecimentos. Estou primando, mais uma vez, pelo breve, mas ficam esses agradecimentos e a homenagem feita à Justiça Eleitoral, que é muito relevante. Ficam aqui, então, nossos agradecimentos estendidos a todos e, em especial a todos os servidores que nos ajudaram. Estendo também os agradecimentos aos mesários, ao pessoal do apoio, porque sem eles não seria possível a realização desse trabalho. Muito obrigado a todos. Agradeço a presença também de todos aqui. Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, o deputado Zé Guilherme, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus.

Palavras do Presidente

Mais uma vez, bom dia a todos. Quero, primeiramente, dizer algumas palavras antes de a gente ler a mensagem do nosso presidente Agostinho Patrus.

Hoje é um dia muito importante para Minas Gerais e para o Brasil. Estamos aqui reunidos, na Assembleia de Minas Gerais, a Casa do povo de Minas, para fazer um reconhecimento ao trabalho executado neste ano, capitaneado pelo Tribunal Regional Eleitoral e toda a sua equipe, todo um grupo que foi capaz de, em dois turnos de uma eleição acirrada, de uma eleição polarizada, como disse o nosso presidente desembargador Maurício, levar e dar condições para que 16 milhões de mineiros, por duas vezes consecutivas, tivessem condições de acessar as urnas e lá depositar o seu voto, para deixar caracterizada a sua vontade de eleger os seus representantes.

Eu falo muito que, esse dia, o dia das eleições, é o dia talvez mais importante do nosso país, porque, nesse dia, todos os brasileiros se tornam iguais, todos, indiferentemente de classe social, de formação, de graduação, todos os brasileiros são iguais. Quando cada brasileiro se dirige à urna, ele tem direito a 1 voto, ele tem o direito de expressar a sua vontade ao escolher quem vai representá-lo, e isso é muito importante.

É um momento em que cada um expressa a sua opinião, em que cada um deposita, ali na urna, a sua vontade. E este ano foi um ano especial, um ano diferente das outras eleições. O TRE e toda a equipe junta souberam dar tranquilidade, dar paz nas eleições e cumprir todo esse ciclo de uma maneira muito segura, de uma maneira muito honesta, de uma maneira muito eficaz, para que nós,

daqui para frente, continuemos a nossa vida, defendendo o nosso povo brasileiro e trazendo as transformações necessárias que todos nós esperamos.

Eu quero cumprimentar o Exmo. presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Maurício Soares; o Exmo. vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Octavio Augusto Boccalini; o Exmo. Sr. desembargador Júlio César Lorens, representando o presidente em exercício e 1º-vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Alberto Vilas Boas; o Exmo. Sr. promotor de justiça Edson de Rezende Castro, coordenador estadual da Coordenadoria de Apoio aos Promotores Eleitorais do Ministério Público, representando o Ministério Público de Minas Gerais; a Exma. Sra. defensora pública Caroline Loureiro Goulart Teixeira, representando a Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, a defensora Raquel Gomes de Souza da Costa Dias; a Exma. Sra. vereadora Professora Marli, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Exmo. Sr. ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias Moraes; os meus colegas, o nosso 1º-vice-presidente da Casa, deputado Antônio Carlos Arantes, deputado Zé Reis, deputado Coronel Henrique, deputado Gil Pereira, aqui presente, e os que nos acompanham também de forma remota.

Estamos hoje reunidos para homenagear o Tribunal Regional Eleitoral de Minas, o Gabinete Institucional de Segurança, assim como a Procuradoria Regional Eleitoral de Minas Gerais, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, a Secretaria-Geral de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Agência Brasileira de Inteligência e o Exército Brasileiro. Todos esses órgãos foram fundamentais para que tivéssemos eleições seguras, transparentes, isonômicas e principalmente democráticas.

O trabalho ininterrupto e de excelência prestado é essencial para nós, mineiros, e, por isso, precisa ser reconhecido. Assim, por meio do presidente do TRE, desembargador Maurício Torres Soares, é feita a nossa homenagem e são prestados sinceros agradecimentos pelos relevantes serviços e pela presteza diante da condução do pleito eleitoral do ano de 2022. Muito obrigado a todos. E, como sempre encerro a minha fala, o principal: fiquem com Deus!

(– Lê:) “Pronunciamento do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, na reunião especial destinada a homenagear o Tribunal Regional Eleitoral e o Gabinete Institucional de Segurança pelos relevantes serviços prestados na condução do Pleito de 2022. É com muita satisfação que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e ao Gabinete Institucional de Segurança pela exitosa condução do pleito de 2022, nas 304 zonas eleitorais do Estado.

Tal evento acontece justamente no ano em que a Justiça Eleitoral e o próprio TRE-MG, um dos primeiros a serem implantados no País, completam nove décadas de sua instalação. Ao longo desses 90 anos de existência, o TRE-MG foi um agente da implementação em terras mineiras de muitas conquistas decisivas para a promoção da cidadania, como o voto direto, o voto secreto e universal, o voto da mulher e a informatização do processo eleitoral. Esse marco cronológico, quase circular, é também um ensejo para honrarmos a memória de todas as pessoas, coletividades e instituições que, através da nossa história, empenharam-se na defesa da democracia.

As recentes eleições, provavelmente as mais desafiadoras de nossa história republicana, representaram um teste para as instituições que sustentam o Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, merece destaque a atuação do Gabinete Institucional de Segurança, composto por representantes das forças de segurança: a Procuradoria Regional Eleitoral de Minas Gerais, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Agência Brasileira de Inteligência e o Exército Brasileiro. Como era esperado, essas instituições deram prova de seu vigor e de seu agudo discernimento ao atuar de maneira ágil e eficaz em todas as etapas do processo eleitoral. Todo esse empenho em defesa da democracia reiterou para o Brasil e para o mundo a atualidade da luta histórica pelos direitos da cidadania, bem como a importância do voto como expressão maior do exercício desses

direitos. Com a Constituição de 1988, que ampliou nossa base democrática, a Justiça Eleitoral pode avançar no aprimoramento constante do sistema eleitoral, sobretudo com a utilização de mecanismos ágeis e seguros com a instituição, em 1996, do voto informatizado. Em Minas, a primeira eleição com a utilização da urna eletrônica ocorreu nos Municípios de Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora e Uberlândia. Quatro anos depois, o processo de votação eletrônica atingiu 100% dos municípios brasileiros. Nunca é demais ressaltar que o processo de informatização da justiça eleitoral é um marco da história eleitoral brasileira.

A Assembleia de Minas também teve a honra de colaborar com o TRE-MG nessas eleições dando continuidade a uma parceria que já vem de muito tempo. Este ano, o convênio firmado entre as duas instituições teve como foco principal o combate à disseminação de notícias falsas durante o período eleitoral. Vivemos tempos que exigem de todos nós um empenho adicional na efetivação dos valores republicanos. Felizmente, em Minas Gerais, o exercício da boa política alcança o estatuto de uma verdadeira arte, graças à experiência e à sabedoria de homens e mulheres desta terra que, ao longo de gerações, vieram se destacando na habilidade para o debate, no entendimento, na conciliação e também na defesa da democracia, da paz e da liberdade. O TRE de Minas Gerais e o Gabinete Institucional de Segurança têm sabido honrar essa tradição e, no que lhes compete, prover as condições para que elas se perpetuem nos tempos que virão. O trabalho do TRE-MG e do Gabinete Institucional de Segurança, nestas eleições, foi de fundamental importância para reafirmar o primado da democracia entre nós e para manter os elos que garantem a nossa coesão social, para que possamos todos viver juntos, em paz e em liberdade. Como nos ensina Milton Nascimento na canção favorita de Tancredo Neves, ‘há que se cuidar da vida, há que se cuidar do mundo, tomar conta da amizade’. ‘Renova-se a esperança, nova aurora a cada dia’, dizem também os versos da canção. Sob esse lema, reiteramos aqui os nossos votos de que, mesmo com possíveis e saudáveis diferenças, saibamos todos prosseguir juntos e em diálogo para melhor cuidar da nossa terra e da nossa gente. Deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia de Minas.”

Muito obrigado a todos. Solicitamos aos componentes do GIS que aguardem, porque serão entregues os certificados de homenagem após o encerramento.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 22, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1/8/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) indefere o recurso administrativo apresentado pelo servidor Fernando César de Affonseca, contra a anulação de ato de concessão de adicionais por tempo de serviço adquirido com cômputo de período entre 28/5/2020 e 31/12/2021; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de junho de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de junho de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 4ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/6/2022, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de agosto de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/8/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite Requerimento nº 11.663/2022, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o processo de licenciamento da Mineradora Tamisa, na Serra do Curral, incluindo o estágio atual do processo em relação à autorização para supressão de vegetação por parte dessa empresa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.419/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das metas e indicadores utilizados para balizar a atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, com o detalhamento de quais são essas metas e indicadores, qual a metodologia e quais os critérios utilizados para defini-los, ressaltando-se que essa solicitação tem fulcro na apresentação feita pelo subsecretário de Direitos Humanos da Sedese na 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 12/5/2022, com a finalidade de debater a atuação da referida mesa desde a sua instituição, em 2015, até o presente, e que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, com ênfase em regularização fundiária”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 16/3/2022 – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 11 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de agosto de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 22/8/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite requerimento de natureza administrativa do deputado Hely Tarquínio referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; Requerimento nº 8.987/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os motivos da ausência de previsão de escolha de carreiras para os servidores administrativos do Departamento de Trânsito de MG – Detran-MG – no Projeto de Lei nº 2.924/2021, que trata da transição administrativa no órgão – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 9.372/2021, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao diretor-

presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas nos documentos que demonstrem a suposta responsabilidade da administração municipal de Caratinga quanto ao descumprimento de obrigações contratuais para execução do cronograma de obras da estação de tratamento de esgoto no município, atribuída pela empresa ao Poder Executivo municipal, sem ter apresentado documentação que comprovaria tal fato aos gestores municipais, conforme relato da Comissão Parlamentar de Inquérito 1/2019, da Câmara Municipal de Caratinga – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 9.373/2021, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa MG pedido de informações consubstanciadas nas planilhas de cobrança de tarifas e no histórico de faturamento no Município de Caratinga, desde a edição da Lei Municipal nº 3.058, de 11 de junho de 2008, até setembro de 2021, discriminando-se os valores referentes a água e esgoto e eventuais descontos concedidos em função da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 9.387/2021, de autoria da Comissão Extraordinária das Privatizações, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as participações acionárias e societárias da companhia, que contenham, no mínimo, o nome das empresas em que a Cemig detenha participações; seu setor de atuação; o ano em que a Cemig realizou aportes, investimento ou aumento de capital; o percentual de sua participação acionária; o valor total investido; a situação das empresas investidas – se operacional ou não; e os resultados financeiros dos últimos dois exercícios das empresas em que detenha participação – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 9.388/2021, de autoria da Comissão Extraordinária das Privatizações, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o número de empresas estatais, de subsidiárias de estatais e de empresas com participação do Estado que tenham registrado prejuízo no exercício de 2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.846/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os possíveis impactos da prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico constante no Projeto de Lei nº 2.884/2021, que visa instituir as Unidades Regionais de Saneamento Básico do Estado e dá outras providências, em tramitação nesta Casa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.926/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca da fiscalização das barragens de rejeitos das empresas Arcelor Mittal e Usiminas no Município de Itatiaiuçu, classificadas em níveis 3 e 1 de risco – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.007/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à superintendente da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A, em Belo Horizonte, pedido de informações sobre a previsão para implantação do ensino médio no Distrito de Casa Branca, em Brumadinho, conforme compromisso firmado com a comunidade escolar em 2020 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.043/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os motivos da interrupção da atividade de extensão que a Escola Estadual Professora Aracy Miranda realizava no presídio de Varginha, consistente na oferta de atividades educacionais aos encarcerados na referida unidade prisional – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.080/2022, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre a estrutura remuneratória fixa e variável da diretoria da empresa, especificando-se os valores pagos nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021, e o planejado para o ano de 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.084/2022, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações sobre os regimes de trabalho vigentes para os trabalhadores do instituto, diaristas e plantonistas, especificando-se carga horária diária e mensal, intervalo intrajornada, pagamento ou compensação de hora extra; o cálculo para concessão de vale-transporte para os plantonistas; como são elaboradas as escalas de

plantão; e os parâmetros utilizados para assegurar isonomia para os trabalhadores dos diferentes regimes de trabalho vigentes no Ipsemg – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.087/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre os procedimentos adotados na apuração de suposta perseguição, ameaças por homofobia e agressões sofridas pelo advogado João Augusto Maia e seu namorado, Matheus Felipe Batista, por parte de um sargento da PMMG em 13/2/2022, quando foram agredidos fisicamente pelo militar com uma barra de ferro – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.109/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as ações de reparação integral direcionadas à população atingida pelas enchentes de janeiro de 2022, o número de famílias atendidas em cada município e a forma como essas pessoas estão sendo assistidas – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.163/2022, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações a respeito da precariedade de recursos oferecidos à Diretoria Regional de Desenvolvimento Social em Paracatu – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.240/2022, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o processo de licenciamento ambiental de empreendimento na Mina Boa Vista, de responsabilidade da Mineração Gute Schit Ltda., em que se esclareça se foi realizado estudo para análise dos impactos da extração de minério de ferro na área da Serra do Curral e do Pico Belo Horizonte, que se encontram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.251/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das viaturas existentes no sistema prisional de Minas Gerais, discriminando, com respectivos quantitativos: ano, marca, modelo e tipo (se com cela, convencional ou humanizada, ou não); local, unidade onde estão; em manutenção e em processo de baixa, esclarecendo-se que a solicitação tem fulcro na 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/5/2022 com a finalidade de discutir as condições de trabalho dos servidores da Polícia Penal do Estado, considerando-se os recursos humanos e logísticos disponíveis, notadamente em razão do falecimento do policial penal Athos Soares Fonseca, em 17/5/2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.257/2022, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na relação das empresas que realizaram protocolos de intenção com o Estado nos termos do art.32-L da Lei nº 6.763, de 1975, nos últimos três anos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.283/2022, de autoria da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quais alterações serão implementadas na Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3102, de 26 de outubro de 2021, diante das discussões com o setor produtivo levadas a cabo na 6ª Reunião Extraordinária daquela comissão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.292/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações acerca do número exato de policiais civis no cargo de investigador que deixaram o serviço ativo desde 2015 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.332/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre os equipamentos hospitalares novos que estão acondicionados na Ala F do Hospital Júlia Kubitschek, esclarecendo-se quais e quantos são provenientes do já desativado Hospital de Campanha, unidade de saúde implantada em Belo Horizonte como estratégia de ampliação do atendimento aos casos de covid-19, bem como sobre a existência de planejamento para a efetiva utilização desses bens, considerando a real possibilidade de danos pelas más condições de acondicionamento, salientando-se que essa solicitação decorre de questionamentos recebidos pela comissão durante visita técnica realizada ao hospital em 25/5/2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.336/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à presidente da Fhemig pedido de informações consubstanciadas nas razões técnicas que justificaram a transferência interna de três

pacientes, já internadas no Hospital Júlia Kubitschek, para sala de emergência, até então desativada, uma vez que as pacientes relataram que essas transferências para o referido setor teriam ocorrido justamente no transcorrer da visita técnica realizada pela comissão ao referido hospital, em 25/5/2022, e, aparentemente, sem justificativa, porque estavam comunicativas, respirando sem qualquer tipo de monitoração – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.338/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à presidente da Fhemig pedido de informações consubstanciadas nos seguintes dados referentes ao Ambulatório da Mulher do Hospital Júlia Kubitschek: a estrutura física disponível para o atendimento das usuárias, indicando qual é a divisão interna dos setores (número de consultórios, postos de enfermagem, salas de observação, etc.); o número de profissionais de saúde que compõem o quadro de servidores (médicos e suas especialidades, enfermeiros, técnicos de enfermagem, etc.), bem como as respectivas escalas de trabalho; os requisitos para que as mulheres sejam atendidas e acompanhadas; e o número de atendimentos mensais de janeiro de 2019 até maio de 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.346/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os programas e as políticas públicas existentes no Estado para atendimento às mulheres na fase do climatério ou menopausa, disponíveis no Sistema Único de Saúde – SUS –, em todos os níveis de atenção (primária ou secundária), detalhando, nos últimos cinco anos, quantas mulheres foram atendidas, quais as terapêuticas implementadas, quais campanhas informativas sobre o tema foram disponibilizadas para os profissionais da saúde e para as usuárias do sistema – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.360/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge – pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do Plano de Cargos, Salários e Carreira da empresa, em vigor desde abril de 2022, e cópia integral da tabela salarial, em vigor a partir de abril de 2022; bem como informações sobre a matriz de proficiência utilizada para enquadramento de cada empregado, detalhando-se o valor e peso atribuído a cada critério; os critérios e procedimentos a serem adotados nas próximas progressões, detalhando-se o valor e peso atribuído a cada critério; e a forma pela qual o novo plano foi apresentado aos empregados da empresa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.368/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o cumprimento do termo de ajustamento de conduta referente à Mina do Engenho Seco, firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e a Itaminas Comércio de Minérios S.A. na Ação Civil Pública nº 5000932-48.2019.8.13.0114 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.398/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações e os projetos desenvolvidos no Estado, nos últimos cinco anos, para enfrentamento do trabalho escravo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.407/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre os motivos que levaram os policiais militares a algemar as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST – de Montes Claros, Jairo, Iago e Pablo, na Ocupação Marielle Franco, localizada no Bairro Novo Horizonte, no referido município – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.421/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas no detalhamento do traçado atualmente previsto para o rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, incluindo todos os municípios envolvidos e os bairros desses municípios por onde a via passará; na indicação de todos os elementos, critérios e razões que levaram à definição desse traçado; nos estudos e dados sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos que decorrerão da implantação do rodoanel no traçado hoje previsto, discriminados por município e por bairro de cada município; na lista das pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, ouvidas no processo de escolha do traçado hoje previsto; e na apresentação de outros possíveis traçados que sejam cogitados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.452/2022, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja

encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre a atuação da corporação no auxílio às atividades de combate ao trabalho infantil no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.461/2022, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas pela secretaria de que é titular para fomento dos canais de denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que ainda não existe campanha permanente para enfrentamento desse tipo de violência no Estado, e para capacitação da rede de proteção da criança e do adolescente na utilização das ferramentas existentes para denúncia – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.465/2022, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as providências adotadas pela secretaria de que é titular para identificar e atender as crianças e os adolescentes que se evadiram da escola em razão da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.529/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à presidente da Fhemig pedido de informações sobre os motivos que levaram a entidade a repassar a contratação de monitores e recreadores educacionais para as creches a ela vinculadas para a Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS –, conforme encaminhamento da visita técnica realizada pela comissão em 30/5/2022 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.530/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à presidente da Fhemig pedido de informações sobre o montante de recursos pagos pela entidade à MGS para a contratação de monitores educacionais para atuar nas creches vinculadas à fundação, conforme previsto no Edital nº 5/2021, e os recursos despendidos para a contratação direta desses profissionais no exercício de 2021, conforme encaminhamento da visita técnica realizada pela comissão em 30/5/2022 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.568/2022, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a condução das obras para a instalação de divisórias fixas de faixa na BR-135, de administração da Eco135, no trecho que liga Montes Claros a Bocaiuva; e sobre se a Seinfra e o DER-MG promoveram algum contato com entidades da sociedade civil que representam os moradores da região, que serão os principais impactados pela obra – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.571/2022, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG e ao comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária – Comando de Policiamento Especializado –, pedido de informações sobre as bases de apoio e fiscalização existentes nas rodovias estaduais, bem como se existe algum controle ou base de dados em que podem ser inseridos os índices de casos de motoristas profissionais que são abordados com transtornos emocionais durante o trabalho nas estradas mineiras – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.573/2022, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a condição dos veículos de transporte, de passageiros ou não, da frota do Governo do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.575/2022, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a possibilidade de elaboração de políticas públicas de saúde mental para os motoristas profissionais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.659/2022, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fhemig pedido de informações sobre a destinação dos recursos revalidados no termo de descentralização de crédito orçamentário – TDCO –, que perfazem o montante de R\$3.200.000,00 e de R\$172.000,00, detalhando os itens de sua utilização, dada a resposta recebida em 3/3/2022 ao Requerimento nº 9.579/2021 (Processo Fhemig nº 22470.01.0010187/2022-65) – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.660/2022, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a execução orçamentária dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício de 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã, conforme

detalhados no Ofício nº 63/2022/SGM e na listagem que apresenta – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.662/2022, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a execução orçamentária dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã, conforme detalhados no Ofício nº 63/2022/SGM e na listagem que apresenta – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.684/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre as reuniões realizadas pela Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais entre julho de 2019 e maio de 2022, detalhando-se suas pautas e presenças, haja vista a inexistência dessa informação no Ofício Sedese/GAB nº 535/2022, de 7/6/2022, enviado a esta Casa Legislativa em resposta ao Requerimento nº 10.733/2022, da Comissão de Direitos Humanos, o qual foi encaminhado pela Mesa da ALMG à referida secretaria em 11/5/2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.687/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações sobre os recursos orçamentários destinados à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, previstos e executados e discriminados ano a ano, no período de 2015 a 2018, quando a referida mesa estava sob a coordenação da referida pasta – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.688/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de informações, a propósito da política de regularização fundiária no Estado, consubstanciadas no número de regularizações fundiárias realizadas desde a instituição da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, em 2015, até o presente momento, discriminados ano a ano, por tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana, se referente a terra devoluta ou não –, por comunidade envolvida, especificando, inclusive, se referente a povos e comunidades tradicionais; no levantamento dos atuais conflitos socioambientais e fundiários no Estado, discriminados por ano de início, município e região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana; e na relação de terras devolutas no Estado, discriminadas por extensão e localização – município e região – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de agosto de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/8/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Arlen Santiago referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, tendo por objeto o estabelecimento de cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia judiciária necessárias ao exercício do mando eletivo – parecer favorável à celebração,

autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 1º de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de setembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 11/8/2022

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.796/2022, altera a Deliberação da Mesa nº 2.781, de 27 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa, na forma que especifica, observados os protocolos sanitários necessários à preservação da saúde das pessoas. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de agosto de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/8/2022

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) disciplina o processamento, pela GTI, de requerimentos de parlamentares, durante e após o exercício do mandato, relativos a importação ou exportação de dados de suas respectivas bases políticas, armazenadas no Sistema de Apoio Parlamentar – Sisap –, em consonância com as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD –, e da Deliberação da Mesa nº 2.766, de 2021; 2ª) reconhece como efetivo exercício para fins de aquisição de férias regulamentares os períodos em que o servidor José Geraldo de Oliveira Prado esteve à disposição da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES – e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH –, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.586, de 22 de abril de 2014, com a redação dada pela Deliberação da Mesa nº 2.698, de 25 de janeiro de 2019. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.797/2022, a Mesa altera as [Deliberações da Mesa nºs 2.716, de 30 de setembro de 2019](#), que dispõe sobre procedimentos relativos ao controle de acesso às dependências da Assembleia Legislativa; e [2.766, de 10 de maio de 2021](#), que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Assembleia Legislativa, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD –, e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa 2A Comércio e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção de equipamentos de radiodifusão de sons e imagens, com

fornecimento de peças, componentes e materiais – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 21/2022, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de agosto de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/11/2022

Às 10h6min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Betão, Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Bartô e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Câmara Municipal de Ouro Fino, publicado no *Diário do Legislativo* em 27/10/2022. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 251/2019 na forma do Substitutivo nº 3 e pela rejeição dos Substitutivos nºs 1 e 2, das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde, respectivamente (relator: deputado Betão). Os Projetos de Lei nºs 1.868 e 1.994/2020 são retirados da pauta por determinação da presidenta da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Na fase de discussão dos pareceres do relator, deputado Betão, que concluem pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 4.247/2017 e 713/2019, no 1º turno, a presidenta defere o pedido de vista do deputado Bartô e da deputada Laura Serrano, respectivamente. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.269/2021 é retirado da pauta por determinação da presidenta da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.766, 11.809, 11.889, 11.894 e 11.759/2022, este com a Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.418/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de convocação e contratação temporária de profissionais da educação básica na rede estadual de ensino para o ano de letivo de 2023;

nº 13.435/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Cândido Portinari, no Município de Betim, para acompanhar o desenvolvimento das obras estruturais que estão sendo realizadas na referida escola;

nº 13.439/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Professora Nhanita, localizada no Distrito de Brumal, no Município de Santa Bárbara, para ouvir a comunidade escolar sobre os danos causados pelos acionamentos acidentais de sirenes de emergência da barragem de rejeitos da mineradora Anglo Gold Ashanti, que se encontra em nível 1 de alerta, conforme encaminhamento da 39ª Reunião Extraordinária, em 25 de outubro de 2022;

nº 13.440/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei nº 2.202, de 2022 em tramitação na Câmara Municipal de Nova Lima, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de parceria público-privada, os serviços de educação nesse município;

nº 13.441/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Daura de Carvalho Neto, localizada no Distrito de Antônio Pereira, no Município de Ouro Preto, para verificar as condições da comunidade escolar no contexto de risco de rompimento da Barragem de Doutor e a violação de direitos da comunidade escolar por parte da mineradora Vale S.A.;

nº 13.443/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e apresentar contribuições e propostas à equipe de transição do governo federal eleito para tomar posse em 1º de janeiro de 2023, relativas às políticas públicas relevantes para a educação no âmbito do Estado;

nº 13.454/2022, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o rateio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb – do ano de 2022 na rede estadual de ensino;

nº 13.457/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da aplicação do disposto no art. 6º da Lei nº 22.570, de 2017, que institui no âmbito da Uemg e da Unimontes o Programa de Assistência Estudantil, voltado para os estudantes de baixa renda, nos períodos entre 2019 a 2022, especificamente no que se refere ao valor total investido no programa, à quantidade de estudantes atendidos, ao percentual de permanência dos estudantes nos cursos mantidos pelas universidades e às normas de funcionamento do programa;

nº 13.458/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, que trata do Plano de Cargos e Salários das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior do Poder Executivo e dar continuidade às discussões da audiência pública realizada na 42ª Reunião Extraordinária em 16/11/2022;

nº 13.459/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça pedido de providências para que seja incluído na pauta dessa comissão, para votação, o Projeto de Lei nº 3.983, de 2022, de sua autoria, que dispõe sobre a concessão de promoção por escolaridade adicional para os servidores ocupantes das carreiras de analista universitário e de técnico universitário previstas na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005;

nº 13.460/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam criados 280 cargos de provimento efetivo de analista universitário e 120 cargos de provimento efetivo de técnico universitário, ambos integrantes das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior do Poder Executivo de que trata da Lei nº 15.463, de 2005, tendo em vista a necessidade de suprir a necessidade de funcionamento de todas as unidades da Uemg;

nº 13.461/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal em Belo Horizonte pedido de providências para que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei nº 434/22 junto à Câmara Municipal de BH, que trata da reforma da previdência dos servidores municipais, considerando-se: o impacto da medida aos servidores da educação e aos servidores dos demais órgãos do Poder Executivo; que a proposta de mudança previdenciária possui normas mais rígidas que as reformas aprovadas pelos governos estadual e federal, como o aumento no tempo de serviço e na idade mínima, redução do valor das aposentadorias dos servidores, estipulação de um teto como valor máximo a ser recebido pelo servidor que ingressar no serviço público municipal após a sanção da reforma e a retirada de direitos já adquiridos; que não há déficit na previdência que justifique a reforma com normas tão rígidas; e que o resultado das eleições que elegeu um novo presidente da República em 2022, cujo plano de governo prevê a reconstrução da seguridade e da previdência social, para ampla inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras, por meio da superação das medidas regressivas e do desmonte promovido pelo atual governo, como foi o caso da reforma aprovada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019;

nº 13.462/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao governador do Estado pedido de providências para que sejam feitas campanhas publicitárias amplas e didáticas, de modo a estimular e conscientizar a população da importância da vacinação de crianças e adolescentes no Estado, bem como para atingir a meta de cobertura vacinal;

nº 13.463/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Bento Rodrigues, no Município de Mariana, para escuta da comunidade escolar sobre os impactos do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana;

nº 13.464/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Josefina Wanderley Azeredo, em Honório Bicalho, no Município de Nova Lima, para ouvir a comunidade escolar sobre os riscos a que a escola está sujeita por se encontrar em zona de autossalvamento;

nº 13.465/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações substanciadas na relação das escolas localizadas em áreas que possuem barragens de rejeitos de minério em situação de risco, de acordo com o relatório, de outubro de 2022, emitido pela Agência Nacional de Mineração;

nº 13.466/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Tarcísio Campos, localizada na Reta 2, no Município de Mário Campos, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 13.467/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal José de Vasconcelos Lanna, no Município de Barra Longa, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 13.468/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, localizada no Município de Barra Longa, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana;

nº 13.469/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Leon Renault, localizada no Distrito de Aranha, no Município de Brumadinho, para escuta da comunidade escolar sobre o adoecimento de crianças e adolescentes em virtude da contaminação da água por metais pesados na fonte de abastecimento da escola, ocasionado após o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 13.470/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos à saúde das crianças e dos adolescentes matriculados nas escolas que foram impactadas pelo rompimento de barragens de mineração, bem como para discutir as medidas tomadas pela Secretaria de Estado de Educação de proteção e assistência aos alunos, e seja convidada a secretária dessa Pasta para participar da audiência;

nº 13.471/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Gustavo Capanema, no Município de Barra Longa, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 13.472/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Paracatu de Baixo, no Município de Mariana, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 13.473/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada a busca ativa dos alunos que ainda não estão com a cobertura vacinal completa, de acordo com o Plano Nacional de Imunizações;

nº 13.474/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, a Secretaria de Estado de Saúde – SES e a Superintendência de Políticas de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho

e Desenvolvimento Social pedido de providências para seja realizado protocolo conjunto de atuação, de modo que sejam adotadas estratégias eficazes para aumentar a cobertura vacinal dos alunos matriculados nas escolas;

nº 13.475/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao presidente da Vale S.A. pedido de informações sobre as medidas adotadas após o rompimento, em 25 de janeiro de 2019, da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no que diz respeito à oferta de atendimento médico e psicológico às comunidades das escolas atingidas;

nº 13.476/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Professora Paula Eremita, localizada no Funil, no Município de Mário Campos, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 13.477/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais e ao Conselho Nacional de Saúde as recomendações emitidas pela Defensoria Pública do Estado e as notas taquigráficas da 41ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a importância da campanha de vacinação nas escolas estaduais, tendo em vista a baixa meta de cobertura vacinal de crianças e adolescentes, que pode reintroduzir doenças que já foram erradicadas;

nº 13.478/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja exigida a caderneta de vacinação com a cobertura vacinal completa dos alunos matriculados nas escolas, de acordo com o § 1º do art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente e com as recomendações expedidas pela Defensoria Pública do Estado;

nº 13.479/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para fazer um balanço do novo ensino médio de tempo integral da rede estadual a partir da escuta da comunidade escolar e dos profissionais da educação básica;

nº 13.480/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao governador do Estado pedido de providências para que sejam todas as medidas administrativas necessárias, de modo que seja ampliada a vacinação para os grupos e faixas etárias das crianças e dos adolescentes que ainda não tomaram as doses recomendadas da vacina contra a covid-19;

nº 13.482/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e apresentar contribuições e propostas à equipe de transição do governo federal eleito para tomar posse a partir de 1º de janeiro de 2023, no que diz respeito as políticas públicas relevantes para as áreas da ciência e da pesquisa no âmbito do Estado;

nº 13.483/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as regras da Resolução SEE nº 4.789, de 11 de novembro de 2022, que estabelece as normas para a organização do quadro de pessoal das unidades de ensino da Secretaria de Estado de Educação;

nº 13.484/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias no que se refere à valorização dos servidores do quadro administrativo da Uemg e da Unimontes com a garantia do direito à concessão da promoção por escolaridade adicional de acordo com o nível correspondente à titulação desses profissionais a partir da apresentação da formação/titulação, conforme já é garantido ao professor de ensino superior previsto no art. 21-A da Lei nº 15.463, de 2005.

Em seguida, são aprovados relatórios de visitas às Escolas Municipais Professora Maria José Gatti Carlos e Analito Pinto Monteiro, no Município de Ribeirão das Neves, realizadas em 9/9/2021; e à ocupação indígena da etnia Xukuru Kariri, no Município de Brumadinho, realizada em 11/10/2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Locais Visitados: Escola Municipal Professora Maria José Gatti Carlos e Escola Municipal Analito Pinto Monteiro, Município de Ribeirão das Neves

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 9.825/2021, da deputada Andréia de Jesus, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou no dia 9/9/2021 as Escolas Municipais Professora Maria José Gatti Carlos e Analito Pinto Monteiro, no Município de Ribeirão das Neves, com o objetivo de verificar o cumprimento dos protocolos para o retorno das aulas presenciais, bem como a garantia das condições necessárias de segurança para alunos e profissionais de educação.

Participaram das visitas a deputada Andréia de Jesus, e a acompanharam Camila Katyuscia Monteiro de Oliveira Moura, diretora da Escola Municipal Professora Maria José Gatti Carlos; Ely Silva, diretora da Escola Municipal Analito Pinto Monteiro; e Adriana Martins de Oliveira, mãe de aluno e membro da comissão de pais da Escola Analito Pinto.

Relato

Escola Municipal Professora Maria José Gatti Carlos

A unidade visitada se situa no Bairro San Marino e é um anexo da instituição de ensino, cuja unidade principal fica no bairro Bela Vista. Segundo a diretora da escola, Camila Moura, o anexo foi construído para atender a demanda dos moradores do bairro e adjacências por educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental do Bairro San Marino, já esses níveis de ensino eram ofertados apenas em unidades escolares situadas no Bairro Liberdade, que fica na outra margem da rodovia BR-040.

Há 227 alunos matriculados na unidade, dos quais 45 foram autorizados pelos pais a acompanharem as aulas presencialmente. Os alunos receberam máscaras de tecido e álcool em gel; os profissionais de educação, máscaras, face shields e tablets para a realização das atividades de ensino. No entanto, os planos de conexão de dados são custeados pelos próprios profissionais.

As salas de aula comportam de um a quatro alunos, e há um metro e meio de distância entre as carteiras. As aulas presenciais são ministradas de terça a sexta feira, e os alunos são divididos em grupos que se revezam nas aulas presenciais. Como o espaço que serve como pátio é pequeno, há divisão dos horários de recreio.

A escola fornece materiais impressos às famílias que não têm equipamentos eletrônicos ou acesso à internet. Já a comunicação entre professores, pais e alunos é feita essencialmente pelo aplicativo Whatsapp, e às segundas-feiras os professores ficam à disposição de maneira remota para esclarecer dúvidas dos alunos.

Apesar disso, por se situar em imóvel de uso residencial, a unidade escolar não conta com estrutura adequada para o atendimento aos alunos. Segundo a titular da instituição de ensino, no Bairro San Marino há pouca oferta de imóveis que atendam os requisitos necessários à implantação de uma unidade de ensino. Falta de acessibilidade, pouca ventilação natural e incidência de luz solar e carência de áreas de lazer foram algumas das deficiências identificadas durante a visita.

Escola Municipal Analito Pinto Monteiro

A escola Analito Pinto Monteiro se situava no Bairro Sevilha 2ª Seção e foi transferida para o Bairro Vereda. Por conta do traçado da rodovia BR-040, percorre-se aproximadamente 16km para ir de um bairro a outro.

Não foram mencionadas as razões para a transferência da unidade escolar, que, assim como a Escola Maria José Gatti, funciona em uma casa alugada. Há previsão de construção de sede própria para a instituição, mas o processo está parado em razão de o terreno que abrigará as instalações da escola ter sido ocupado irregularmente por um cidadão que construiu barracões para aluguel.

A escola tem 170 alunos matriculados, dos quais 20 frequentam as aulas presencialmente. São ofertadas classes de educação infantil e de anos iniciais do ensino fundamental.

Segundo Ely Silva, diretora da instituição de ensino, o imóvel ocupado pela escola sofreu readequações para cumprir os protocolos sanitários exigidos para a realização de aulas presenciais. Assim como na escola Maria José Gatti, foram fornecidas máscaras de tecido e álcool gel para os alunos, e máscaras, face shields e tablets para os profissionais da educação, que também devem arcar com os custos da contratação de plano de dados.

Em relação ao material didático, a escola fornece materiais impressos às famílias que não têm equipamentos eletrônicos ou acesso à internet. Já a comunicação entre professores, pais e alunos é feita essencialmente pelo aplicativo Whatsapp. Às segundas-feiras os professores ficam à disposição de maneira remota para esclarecer dúvidas dos alunos.

Adriana Oliveira, mãe de estudante e membro da comissão de pais da escola, elogiou o trabalho desenvolvido pela direção da escola e a disponibilidade dos professores em atender os pais e alunos. Relatou que os pais desejam o retorno das aulas presenciais, desde que cumpridos todos os requisitos de segurança, e ressaltou que a comunidade escolar acompanha e participa ativamente das ações da escola.

Alimentação escolar

Merece destaque a questão da alimentação escolar na rede municipal de Ribeirão das Neves. Por conta das restrições à circulação de pessoas, a administração do município optou por fornecer vouchers para cestas básicas às famílias dos estudantes da rede municipal de ensino. No entanto, em virtude do término do contrato entre a prefeitura de Neves e o fornecedor, as cestas não têm sido distribuídas desde julho de 2021. Apesar de haver processo licitatório em andamento para a retomada do fornecimento das cestas básicas, não há prazo para que seja concluído, o que gera insegurança alimentar aos alunos da rede.

Conclusão

Para a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a visita cumpriu seus objetivos. Apesar da excelência do trabalho desenvolvido pelos profissionais da rede municipal de ensino das escolas visitadas, há pontos que merecem atenção especial por parte da administração do município de Ribeirão das Neves. São demandas igualmente relevantes a regularização da oferta de alimentação escolar aos alunos da rede municipal, a provisão de estrutura física adequada às necessidades das instituições de ensino e a garantia de condições adequadas de trabalho aos profissionais da educação.

Diante da situação observada, esta comissão recomenda as seguintes providências, que serão solicitadas em requerimentos a serem apresentados por ela:

- pedido de providências à Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves para que garanta infraestrutura adequada às necessidades dos estudantes das escolas visitadas;
- pedido de providências à Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves para que proveja aos profissionais da educação os recursos necessários ao adequado desempenho de suas funções;
- pedido de informações à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves sobre o andamento do processo de licitação para o fornecimento de alimentação aos alunos de rede municipal de ensino;

– pedido de informações à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves sobre a situação do terreno destinado à construção da sede da Escola Analito Pinto Monteiro, atualmente ocupado por construções irregulares.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2022.

Andréia de Jesus, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local Visitado: Aldeia Xucuru Kariri Arapowã Kakya, Município de Brumadinho

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 12.168/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou no dia 11/10/2022 a aldeia indígena Xucuru Kariri Arapowã Kakya, com o objetivo de verificar a condição das crianças em idade escolar e a observância do direito constitucional à educação, em consonância com o direito à proteção, à cultura e aos modos de vida, constitucionalmente garantidos a essas populações.

Participou da visita a deputada Beatriz Cerqueira e a acompanharam Jefferson Paiva, diretor educacional da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A; Arapowãñã, cacique da aldeia; Puãtylyo (Pedro da Silva Ramos), vice-cacique e Paulo Pueúruó, pajé da aldeia.

Relato

A visita teve por objetivo verificar as condições dos indígenas da etnia Xucuru Kariri Arapowã Kakya acampados na antiga fazenda Bruma, no Município de Brumadinho, em relação aos direitos à educação e proteção à cultura e modos de vida dessas populações.

A etnia é originária de Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas. Ela se estabeleceu em aldeias em outras unidades da federação, inclusive em Minas Gerais. As quinze famílias que estão vivendo no Município de Brumadinho – 53 pessoas ao todo, entre as quais 23 crianças – chegaram ao local em 20/2/2022.

Inicialmente essas famílias viviam de maneira provisória em Caldas, no Vale do Paranaíba. Em seguida foram realocados em Presidente Olegário pela Fundação Nacional do Índio – Funai. No entanto, em razão de conflitos internos na aldeia em que viviam, foram forçadas a abandoná-la.

O cacique Arapowãñã e o vice-cacique Puãtylyo relataram que desconheciam que a Fazenda Bruma pertence à mineradora Vale do Rio Doce. Segundo eles, a empresa alega que as famílias desejam dinheiro e representam risco ambiental, mas, ao contrário disso, o que os indígenas demandam são condições mínimas para viverem com dignidade e preservarem sua cultura, identidade e religião.

Ao chegarem à Fazenda Bruma, os indígenas relataram que a Vale do Rio Doce bloqueou os acessos à aldeia e passou a monitorá-la por drones, além de constantemente intimidar as famílias. Essas ações chamaram a atenção de membros da sociedade civil e da administração pública, que denunciaram as ações adotadas pela empresa.

Após as denúncias, os acessos foram liberados, mas os indígenas relataram que a Vale ainda monitora a aldeia por meio de drones e envia equipes de segurança, ainda que em frequência menor do que nos meses de fevereiro a abril de 2022. O pedido de reintegração de posse impetrado pela mineradora foi negado pelo Poder Judiciário.

O assédio por parte da mineradora Vale do Rio Doce é apenas um dos problemas dos Xucuru Kariri que vivem na antiga fazenda Bruma. Eles também enfrentam dificuldades em relação à infraestrutura do local: vivem nas ruínas de edificações erguidas na

fazenda e em edificações precárias, o que os deixa à mercê de todo o tipo de intempéries. Além disso, não há fornecimento de energia elétrica, saneamento básico e ligação de água.

Embora haja um poste de energia elétrica nas imediações da fazenda – o que permitiria a ligação de padrão de energia, a Cemig informou que a solicitação deve ser feita em nome da aldeia indígena e não das famílias individualmente. Já o abastecimento de água é realizado por meio de caminhões-pipa, mas, segundo relatos dos membros da aldeia, tem sido insuficiente para suprir as necessidades.



Poste de energia elétrica próximo à área em que as salas de aula foram construídas.

A oferta de serviços públicos de saúde e transporte é muito precária, e a de serviços de educação, inexistente – apesar de haver demanda por vagas de educação infantil, ensinos fundamental e médio, e educação de jovens e adultos. Segundo o cacique, havia oferta de turmas desses níveis de ensino tanto em Caldas quanto em Presidente Olegário e crianças e adultos frequentavam as aulas.

Conforme relato de Jefferson Paiva, diretor educacional da Superintendência Regional de Ensino – SRE – Metropolitana A, o órgão iniciou o processo de estudos para a criação de escola indígena em maio de 2022 a pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e da Funai. Ela ainda informou que a escola indígena será vinculada à Escola Estadual Paulo Neto Alckmin e que, embora as turmas de ensino fundamental e médio tenham sido criadas, não foram ofertadas em razão de a matriz curricular não contemplar a especificidade dos povos indígenas. A SRE então pactuou com os líderes da aldeia que a matriz curricular utilizada em Presidente Olegário seria aplicada aos anos iniciais do ensino fundamental e a matriz de Caldas aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio. Entretanto, a criação de turmas de educação infantil e de educação de jovens e adultos não foi autorizada pelo órgão central da Secretaria de Estado de Educação – SEE.

Jefferson Paiva também relatou que os questionamentos da SRE referentes à provisão de pessoal e de infraestrutura para o adequado funcionamento das quatro salas de aulas que foram erguidas na aldeia não foram respondidos pelo órgão central da SEE, o que atrasou os procedimentos necessários para abrir a escola indígena.

As salas de aula dispõem de cadeiras, mas há apenas uma lousa. O piso é de terra batida, o que inviabiliza as aulas durante o período chuvoso. Além disso, a indisponibilidade de energia elétrica afeta a eventual oferta de turmas noturnas de EJA. Segundo o diretor educacional da SRE, a questão elétrica poderia ser solucionada com a instalação de painéis fotovoltaicos nas salas de aula, nos moldes adotados em Presidente Olegário. Nas imagens a seguir, é possível visualizar a estrutura disponível para a oferta de aulas na aldeia.







As telhas foram doadas à aldeia.





Conclusão

A visita evidenciou que o direito à educação tem sido negado aos indígenas da aldeia Xucuru Kariri Arapowã Kakya. Apesar dos esforços envidados pela SRE Metropolitana A para garantir a oferta de turmas de educação indígena às 15 famílias que

vivem na Fazenda Bruma, a detença do órgão central em responder as demandas encaminhadas pela SRE tem afetado as crianças, jovens e adultos da aldeia.

Desse modo, esta comissão julga necessária a realização de audiência pública com a presença de representantes do órgão central da SEE para esclarecer as razões pelas quais ainda não foram providos os recursos necessários à adequada oferta de turmas de educação indígena na aldeia Xucuru Kariri Arapowã Kakya.

Também constatamos que os indígenas que vivem na aldeia têm tido negados direitos básicos além da educação. Assim, encaminhamos à Cemig pedido de providências para que disponibilize com urgência a oferta de energia elétrica na aldeia e à Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai – da Funai para que providencie com urgência a implantação de saneamento básico, o fornecimento de transporte para a saúde dos indígenas e o fornecimento de atendimento odontológico para essa população.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, relatora.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/11/2022, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 35/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.133, que altera a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 36/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.144, que acrescenta dispositivos à Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 37/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.149, que acrescenta artigos à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 38/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.169, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 39/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.171, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 40/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.161, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 41/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 175, que altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 42/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.182, que altera o art. 57 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 43/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.186, que altera a Lei nº 13.392, de 7 de dezembro de 1999, que isenta o cidadão desempregado do pagamento de taxa de inscrição em concurso público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 44/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.180, que dispõe sobre a emissão de diploma ou certificado de conclusão de curso em formato acessível para a pessoa com deficiência visual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2022.

Delegado Heli Grilo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Privatizações

Nos termos regimentais, convoco os deputados Guilherme da Cunha, Bruno Engler, Betão e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2022.

Coronel Sandro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2022, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.247/2017, 713/2019 e 2.271/2020, do deputado Léo Portela, e 1.868/2020, da deputada Laura Serrano, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Gil Pereira, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater protocolos para a realização de mutirão de castração e de vacinação de animais domésticos no Estado.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2022.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Neilando Pimenta, Celinho Sintrocel, Charles Santos e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno sobre Emenda Apresentada em Plenário do Projeto de Lei nº 83/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2022.

Léo Portela, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2022, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as regras da Resolução SEE nº 4.789, de 11 de novembro de 2022, que estabelece as normas para a organização do quadro de pessoal das unidades de ensino da Secretaria de Estado de Educação.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

 **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.366/2021****Comissão de Desenvolvimento Econômico****Relatório**

De autoria do deputado Cássio Soares, a proposição em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Empresários de Turismo de Capitólio, com sede no Município de Capitólio.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 16/12/2021 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Econômico. A primeira examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme estabelece o art. 103, I, “a”, combinado com o art. 102, XIII, ‘d’ e ‘e’, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.366/2021 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Empresários de Turismo de Capitólio – Ascatur –, situada no Município de Capitólio.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça, após análise da documentação que instrui o processo, constatou o pleno atendimento aos requisitos estabelecidos na Lei nº 12.972, de 1998, que dispõe sobre as exigências para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Em especial, restou demonstrado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções. Assim, a comissão concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto, em sua forma original.

Já no que compete a esta comissão, cabe destacar que, de acordo com o seu estatuto, a Ascatur tem como objetivo o incremento, o fomento e o desenvolvimento do turismo local e regional de forma autossustentável, com proteção do meio ambiente, por meio do cumprimento de preceitos legais, priorizando sempre o interesse do turista.

Tendo em consideração que esses objetivos da associação se conectam diretamente com a propulsão do desenvolvimento econômico do território onde atua, notadamente em relação à expansão das oportunidades locais e à atração de investimentos diversificados, julgamos pertinente a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Destacamos, por fim, que o turismo na região de Capitólio foi impactado negativamente por desastre natural ocorrido em janeiro deste ano, em que tragicamente dez pessoas faleceram e trinta e duas ficaram feridas. Ainda que o desastre, de acordo com a Polícia Civil de Minas Gerais, tenha ocorrido devido a razões naturais, é possível vislumbrar que o aprendizado com essa ocorrência possa servir para mitigar riscos semelhantes no futuro. Além disso, faz-se necessário recuperar a atratividade do destino, pelo menos aos níveis existentes antes do acidente. Acreditamos que a Ascatur, por ter entre seus objetivos a promoção do turismo de forma sustentável, possa contribuir com tais metas. Dessa forma, e considerando o atendimento aos requisitos legais, conforme já apontado, julgamos apropriado conceder à associação o título de utilidade pública.

Conclusão

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.366/2021, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2022.

Fábio Avelar de Oliveira, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO Nº 56/2022

Número no Siad: 9348756/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lima Dias Roupas e Acessórios Ltda. Objeto: aquisição de uniformes para a Polícia Legislativa (Lotes 1, 2 e 4). Vigência: três meses, contados a partir da data de sua assinatura, inclusive. Licitação: Pregão Eletrônico nº 37/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 58/2022

Número no Siad: 934878/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Systech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda. Objeto: aquisição de dois servidores de rede. Vigência: 80 dias contados da assinatura do contrato. Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 22/2021-PGJ, oriunda do Pregão Eletrônico nº 20/2021, da Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729.4239.0001 4.4.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 99/2022

Número no Siad: 9293765-2/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Total Prime Terceirização e Serviços – Eireli. Objeto: prestação de serviços, com cessão de mão de obra, de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, de equipamentos de segurança e demais materiais que forem necessários. Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual, com reajuste de preços. Vigência: 1º/11/2022 até 31/10/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).



ERRATA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.805, DE 17/11/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/11/2022, na pág. 2, no Anexo I, onde se lê:

“Dotações suplementadas por excesso de arrecadação 1.01.1-01.031.729-4.239.0001-3.1.90-0-10-1”, leia-se:

“Dotações suplementadas por excesso de arrecadação 1.01.1-01.031.729-4.239.0001-3.1.90-0-60-1.”.